A PRÁTICA DOS DIREITOS HUMANOS NO AMBIENTE ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS DOCENTES

Giseli Bueno Berti
Universidade do Sagrado Coração, Bauru/SP
e-mail: giseliberti@gmail.com
Daniele Capelim
Faculdades Integradas de Bauru
e-mail: danielecapelim@hotmail.com

Pôster

Pesquisa concluída

Resumo Expandido

Introdução

A premissa que todos os homens são livres e iguais foi concebida do ponto de vista do Cristianismo e no decorrer da História disseminada no Ocidente. Como forma de cessar essa barbárie que colocava em risco sua própria existência foi proclamado os Direitos Humanos, por meio de uma Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), que asseguraram ao homem o principal argumento de que “Todos os homens são livres e iguais em dignidades e direitos” (ONU, 1948, Art. I) cabendo aos órgãos governamentais a disseminação dos Direitos Humanos por meio do ensino e da educação.

Dessa forma, este trabalho justifica-se pela importância em investigar a percepção que os profissionais da educação possuem acerca dos Direitos Humanos, questionando e investigando sobre quais os aspectos que caracterizam a compreensão que os professores têm sobre os Direitos Humanos na educação escolar frente à necessidade de se trabalhar os valores e princípios éticos na sociedade brasileira.

Diante de constatações tão preocupantes na educação brasileira, em especial, na problematização da ineficácia da abordagem dos Direitos Humanos na educação, é que se faz pertinente o estudo sobre o processo de internalização dos direitos humanos por parte dos educadores, a fim de que a socialização e a prática possam ser iniciadas dentro do cotidiano escolar.

O Brasil registrou a maior quantidade de homicídios do mundo: foram 43.909 vítimas em 2009 (dados mais atualizados); é seguido pela Índia com 40.752, mas a população do país asiático é cinco vezes maior. (ONU, 2011). Diante de constatações tão preocupantes na educação brasileira, em especial, na problematização da ineficácia da abordagem dos Direitos Humanos na educação, é que se faz pertinente o estudo sobre o processo de internalização dos direitos humanos por parte dos educadores, a fim de que a socialização e a prática possam ser iniciadas dentro do cotidiano escolar.

Metodologia

Para a realização deste estudo foi utilizado como apoios teóricos referências de acervo pessoal para a composição da pesquisa de cunho bibliográfica (CRESWELL, 2007) com o objetivo da obtenção do conhecimento referente à percepção dos professores sobre a temática Direitos Humanos.

Resultados e Discussões

De acordo com Zenaide (2012) que em seu discurso diz que a história da EDH não se dissociou da história política e social do País. Que a trajetória não se resumiu ao momento de instalação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, mas atravessou processos de lutas e conquistas por esses direitos. Conhecer essas lutas por conquistas ao longo dos anos é fundamental para que possamos desempenhar nosso trabalho de conscientização. O jovem precisa conhecer o passado de lutas de seu país para que ele saiba resistir às diversas violências do cotidiano e não silenciar diante de situações de coação e abuso. É preciso que os direitos humanos se façam presentes no cotidiano das pessoas, da família, da rua, do trânsito, ou seja, além de ação institucionalizada, os DH devem

ser ativos no cotidiano, seja em sua casa, na escola, enfim na sua comunidade e em seu ambiente de convivência.

O grande entrave para o ensino dentro de uma perspectiva de transformação social, a fim de adquirir uma fundamentação da educação em Direitos Humanos, é a questão da instrumentalização de valores dentro da educação. Uma possibilidade será educar em valores oportunizando possibilidades de construção com a comunidade escolar e ainda com as mais variadas produções culturais. A fim de colocar essa possibilidade em prática, é preciso propiciar aos alunos momentos que permitam aos mesmos interagir com o outro em situações muitas vezes conflitantes.

Portanto, a formação de sujeitos críticos e cientes de seu papel social se dá por meio de um ensino voltado não a um sistema paternalista e fugidio da configuração social a qual o aluno - e futuro cidadão - está vinculado. Daí a escola ter a missão de ser o agente da ruptura dos paradigmas que tanto dão ênfase a manutenção dos privilégios em detrimento de uma maioria que não tem conhecimento de sua força e de sua realidade enquanto sujeito de direitos e deveres.

Dessa forma é papel da escola transformar a realidade da sociedade por meio da construção dos conhecimentos acerca dos direitos e deveres para, a partir daí, existir a convivência democrática dentro da unidade escolar. Os alunos terão condições de ser agentes multiplicadores dentro da sociedade, por meio de ações conscientes e críticas com a sociedade na qual irão interagir para que sua atuação seja de forma mais ampla e com senso de equidade.

Considerações finais

A partir das análises dos resultados coletados nota-se que os professores em sua maioria possui certo conhecimento sobre os Direitos Humanos devido aos documentos educacionais e, só não viabilizam sua aplicação em sua prática educativa por desconhecerem um projeto em sua escola acerca do tema e, desta forma, se encontram à mercê de situações cotidianas para explorar o assunto, ser considerados, protegidos e efetivados por meio de esforços conjuntos do Estado e da sociedade civil. Os Direitos Humanos nunca estiveram tão em evidência à sociedade como atualmente. Por este motivo o estudo teve como seu principal

objetivo investigar se os Direitos Humanos e a convivência democrática são perceptíveis primeiramente pelos professores, para em seguida, partir para sua prática efetiva em sala de aula. Sendo assim, é pertinente analisar se o mesmo concebe os Direitos Humanos em sala de aula. Para que os Direitos Humanos não pairem somente em discursos e ultrapassem a barreira da convicção ideológica que nos persegue, os mesmos necessitam ser inseridos na escola como condição fundamental para prevalência da dignidade humana, precisam ser considerados, protegidos e efetivados integrando e aprimorando os espaços existentes na construção das políticas públicas de Direitos Humanos na escola.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Professores; Escola; Sociedade.

REFERENCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2011**: Capítulo sobre o Brasil. p.112-113. Disponível em www.anistia.org.br. Acesso em 4 abr. 2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2010.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez. 2002

CRESWELL, J. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SILVA, A. M. M. **Direitos Humanos na educação básica**: Qual o significado? In: SILVA, Aida Maria Monteiro e TAVARES, C. **Políticas e Fundamentos de Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2011.